



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
PREFEITURA MILITAR DA ZONA SUL**

Quartel no Rio de Janeiro, 28 de março de 2024  
(quinta-feira)

**BOLETIM INTERNO Nº 59/2024**

**Para conhecimento desta Prefeitura e devida execução, publico o seguinte:**

**1ª Parte  
SERVIÇOS DIÁRIOS**

**ESCALA DE SERVICO**

1. Para o dia 29 MAR 24 (sexta – feira)

Serviço	Posto/Grad	Nome
Sargento de Dia	3º Sgt	VAZ
Cabo de Dia	Cb	DARLAN
Plantão	Sd	RICHARDSON
Plantão	Sd	MEDEIROS

2. Para o dia 30 MAR 24 (sábado)

Serviço	Posto/Grad	Nome
Sargento de Dia	3º Sgt	WILLIAM
Cabo de Dia	Sd	RAMON
Plantão	Sd	FRNÇA
Plantão	Sd	MUNIZ

3. Para o dia 31 MAR 24 (domingo)

Serviço	Posto/Grad	Nome
Sargento de Dia	3º Sgt	SANTANA
Cabo de Dia	Sd	ELBER
Plantão	Sd	MORENO
Plantão	Sd	MIRANDA

4. Para o dia 1º ABR 24 (segunda – feira)

Serviço	Posto/Grad	Nome
Sargento de Dia	3º Sgt	BENVINDO
Cabo de Dia	Cb	MATHEUS
Plantão	Sd	RANGEL RAMOS
Plantão	Sd	VEIGA

## **2ª Parte** **INSTRUÇÃO**

Sem Alteração

## **3ª Parte** **ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS**

### **1. ASSUNTOS GERAIS**

a. REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS A BLOCOS RESIDENCIAIS PARA CUSTEAR DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

#### **1. AUTORIZAÇÃO**

Esta Prefeitura recebeu da Associação de Compossuidores do Edifício São João (CNPJ: 34.140.809/0001-30), Rio de Janeiro, RJ, a solicitação de serviço, através do DIEx nº 22-ACESJ, de 21 de março de 2024, solicitando verificar a possibilidade de autorizar a realização da manutenção corretiva de bombas de 30cv e instalação de painel elétrico de comando para eletrobombas no valor de R\$ 20.086,00, sendo realizado pela Seção Técnica a Vistoria Técnica presente no DIEx nº 65, de 27 de março de 2024.

– **DESPACHO:** autorizo a indenização da ACESJ, por se enquadrar no art. 48 das Instruções Gerais para a Administração dos Próprios Nacionais Residenciais do Exército (EB10-IG-04.006), aprovadas pela Portaria – C Ex nº 1.846/2022, para a execução do serviço de manutenção corretiva de bombas de 30cv e instalação de painel elétrico de comando para eletrobombas, no limite de **R\$ 20.086,00.**

Em Consequência:

1) O Presidente da Associação de Compossuidores deverá, ainda, observar e cumprir para a execução do serviço, junto a PMZS:

a) executar o serviço, conforme firmado no processo repasse de recursos financeiros a blocos residenciais para custear despesas extraordinárias de responsabilidade desta Prefeitura Militar, zelando pela qualidade técnica e padrões de material e serviços exigidos pela PMZS.

b) a contratação do serviço a ser executado deverá ser precedida por estudo minucioso das cláusulas contratuais e formas de pagamento pelo Presidente da Associação de Compossuidores;

c) antes de efetuar os pagamentos de parcelas e/ou medição do serviço, o Presidente da Associação de Compossuidores deve fazer contato com o fiscal de acompanhamento e execução da PMZS;

d) em casos de necessidade de aditivos, solicitar a visita do fiscal de acompanhamento e execução da PMZS (*apenas os técnicos poderão atestar a necessidade do aditivo*);

e) fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), durante a execução dos trabalhos pelas empresas e/ou autônomos contratados para cada atividade e função;

f) fiscalizar toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda, solicitando apoio do fiscal de acompanhamento e execução da PMZS antes do início dos trabalhos, para que seja realizada a Análise de Risco e tomadas as providencias cabíveis;

g) é obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais;

h) o canteiro de obras deverá dispor de local de triagem de resíduos, permitindo o acondicionamento dos resíduos gerados, até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que sejam possíveis, as condições de reutilização e de reciclagem;

i) é proibido queimar, enterrar, ou dispor resíduos de obras em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de “bota fora”, em encostas, corpos d’água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei;

j) o canteiro deverá ser mantido limpo e organizado pela empresa contratada, cabendo ao Presidente da Associação de Compossuidores cobrar da empresa contratada a manter o canteiro de obras organizado, limpo e desimpedido, notadamente nas vias de circulação, passagens e escadarias;

k) atentar para as orientações emanadas pelo fiscal de acompanhamento e execução do serviço, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;

2) A Seção Técnica nomeie o fiscal de acompanhamento e execução, cabendo-lhe:

a) prestar apoio técnico ao Presidente da Associação de Compossuidores para que seja alcançado o objeto do presente processo de parceria, em toda sua extensão;

b) orientar, acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, conforme o cronograma de execução; e

c) auxiliar o Presidente da Associação de Compossuidores na confecção do relatório formal e detalhado da comprovação dos serviços, contendo memória de cálculo dos quantitativos, fotos antes e depois, planilha de medição, custos unitários e totais dos materiais e mão de obra.

3) A PMZS não responderá por quaisquer encargos, dívidas ou questões, de ordem administrativa ou judicial, que forem assumidos ou se fizerem em consequência de atos praticados pelas entidades condominiais ou administradoras.

4) A SALC realize o empenho para a Associação de Compossuidores do Edifício São João, com CNPJ: 34.140.809/0001-30, Banco 001; AG: 0287-9; C/C: 47353-7

## 1. AUTORIZAÇÃO

Esta Prefeitura recebeu da Associação de Compossuidores do Edifício São João (CNPJ: 34.140.809/0001-30), Rio de Janeiro, RJ, a solicitação de serviço, através do DIEx nº 3-ACESJ, de 28 de dezembro de 2023, solicitando verificar a possibilidade de autorizar a realização de serviço emergencial de reparo da cisterna do Bloco A do Edifício São João, no valor de R\$ 18.900,00, sendo realizado pela Seção Técnica a Vistoria Técnica presente no DIEx nº 49, de 13 de março de 2024.

– **DESPACHO:** autorizo a indenização da ACESJ, por se enquadrar no art. 48 das Instruções Gerais para a Administração dos Próprios Nacionais Residenciais do Exército (EB10-IG-04.006), aprovadas pela Portaria – C Ex nº 1.846/2022, para a execução do serviço emergencial de reparo da cisterna do Bloco A, no limite de **R\$ 18.900,00**.

Em Consequência:

1) O Presidente da Associação de Compossuidores deverá, ainda, observar e cumprir para a execução do serviço, junto a PMZS:

a) executar o serviço, conforme firmado no processo repasse de recursos financeiros a blocos residenciais para custear despesas extraordinárias de responsabilidade desta Prefeitura Militar, zelando pela qualidade técnica e padrões de material e serviços exigidos pela PMZS.

b) a contratação do serviço a ser executado deverá ser precedida por estudo minucioso das cláusulas contratuais e formas de pagamento pelo Presidente da Associação de Compossuidores;

c) antes de efetuar os pagamentos de parcelas e/ou medição do serviço, o Presidente da Associação de Compossuidores deve fazer contato com o fiscal de acompanhamento e execução da PMZS;

d) em casos de necessidade de aditivos, solicitar a visita do fiscal de acompanhamento e execução da PMZS (*apenas os técnicos poderão atestar a necessidade do aditivo*);

e) fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), durante a execução dos trabalhos pelas empresas e/ou autônomos contratados para cada atividade e função;

f) fiscalizar toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda, solicitando apoio do fiscal de acompanhamento e execução da PMZS antes do início dos trabalhos, para que seja realizada a Análise de Risco e tomadas as providencias cabíveis;

g) é obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais;

h) o canteiro de obras deverá dispor de local de triagem de resíduos, permitindo o acondicionamento dos resíduos gerados, até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que sejam possíveis, as condições de reutilização e de reciclagem;

i) é proibido queimar, enterrar, ou dispor resíduos de obras em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de “bota fora”, em encostas, corpos d’água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei;

j) o canteiro deverá ser mantido limpo e organizado pela empresa contratada, cabendo ao Presidente da Associação de Compossuidores cobrar da empresa contratada a manter o canteiro de obras organizado, limpo e desimpedido, notadamente nas vias de circulação, passagens e escadarias;

k) atentar para as orientações emanadas pelo fiscal de acompanhamento e execução do serviço, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;

2) A Seção Técnica nomeie o fiscal de acompanhamento e execução, cabendo-lhe:

- a) prestar apoio técnico ao Presidente da Associação de Compossuidores para que seja alcançado o objeto do presente processo de parceria, em toda sua extensão;
  - b) orientar, acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, conforme o cronograma de execução; e
  - c) auxiliar o Presidente da Associação de Compossuidores na confecção do relatório formal e detalhado da comprovação dos serviços, contendo memória de cálculo dos quantitativos, fotos antes e depois, planilha de medição, custos unitários e totais dos materiais e mão de obra.
- 3) A PMZS não responderá por quaisquer encargos, dívidas ou questões, de ordem administrativa ou judicial, que forem assumidos ou se fizerem em consequência de atos praticados pelas entidades condominiais ou administradoras.
- 4) A SALC realize o empenho para a Associação de Compossuidores do Edifício São João, com CNPJ: 34.140.809/0001-30, Banco 001; AG: 0287-9; C/C: 47353-7

## 1. AUTORIZAÇÃO

Esta Prefeitura recebeu da Associação de Compossuidores do Edifício São João (CNPJ: 34.140.809/0001-30), Rio de Janeiro, RJ, a solicitação de serviço, através do DIEx nº 15-ACESJ, de 26 de fevereiro de 2024, solicitando verificar a possibilidade de autorizar a realização da instalação de dispositivos de controle de nível d'água dos reservatórios inferiores e de segurança das bombas de recalque do Edifício São João no valor de R\$ 15.556,50, sendo realizado pela Seção Técnica a Vistoria Técnica presente no DIEx nº 63, de 27 de março de 2024.

– **DESPACHO:** autorizo a indenização da ACESJ, por se enquadrar no art. 48 das Instruções Gerais para a Administração dos Próprios Nacionais Residenciais do Exército (EB10-IG-04.006), aprovadas pela Portaria – C Ex nº 1.846/2022, para a execução do serviço de instalação de dispositivos de controle de nível d'água dos reservatórios inferiores e de segurança das bombas de recalque, no limite de **R\$ 15.556,50**.

### Em Consequência:

- 1) O Presidente da Associação de Compossuidores deverá, ainda, observar e cumprir para a execução do serviço, junto a PMZS:
- a) executar o serviço, conforme firmado no processo repasse de recursos financeiros a blocos residenciais para custear despesas extraordinárias de responsabilidade desta Prefeitura Militar, zelando pela qualidade técnica e padrões de material e serviços exigidos pela PMZS.
  - b) a contratação do serviço a ser executado deverá ser precedida por estudo minucioso das cláusulas contratuais e formas de pagamento pelo Presidente da Associação de Compossuidores;
  - c) antes de efetuar os pagamentos de parcelas e/ou medição do serviço, o Presidente da Associação de Compossuidores deve fazer contato com o fiscal de acompanhamento e execução da PMZS;
  - d) em casos de necessidade de aditivos, solicitar a visita do fiscal de acompanhamento e execução da PMZS (*apenas os técnicos poderão atestar a necessidade do aditivo*);
  - e) fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), durante a execução dos trabalhos pelas empresas e/ou autônomos contratados para cada atividade e função;

f) fiscalizar toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda, solicitando apoio do fiscal de acompanhamento e execução da PMZS antes do início dos trabalhos, para que seja realizada a Análise de Risco e tomadas as providencias cabíveis;

g) é obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais;

h) o canteiro de obras deverá dispor de local de triagem de resíduos, permitindo o acondicionamento dos resíduos gerados, até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que sejam possíveis, as condições de reutilização e de reciclagem;

i) é proibido queimar, enterrar, ou dispor resíduos de obras em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de “bota fora”, em encostas, corpos d’água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei;

j) o canteiro deverá ser mantido limpo e organizado pela empresa contratada, cabendo ao Presidente da Associação de Compossuidores cobrar da empresa contratada a manter o canteiro de obras organizado, limpo e desimpedido, notadamente nas vias de circulação, passagens e escadarias;

k) atentar para as orientações emanadas pelo fiscal de acompanhamento e execução do serviço, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;

2) A Seção Técnica nomeie o fiscal de acompanhamento e execução, cabendo-lhe:

a) prestar apoio técnico ao Presidente da Associação de Compossuidores para que seja alcançado o objeto do presente processo de parceria, em toda sua extensão;

b) orientar, acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, conforme o cronograma de execução; e

c) auxiliar o Presidente da Associação de Compossuidores na confecção do relatório formal e detalhado da comprovação dos serviços, contendo memória de cálculo dos quantitativos, fotos antes e depois, planilha de medição, custos unitários e totais dos materiais e mão de obra.

3) A PMZS não responderá por quaisquer encargos, dívidas ou questões, de ordem administrativa ou judicial, que forem assumidos ou se fizerem em consequência de atos praticados pelas entidades condominiais ou administradoras.

4) A SALC realize o empenho para a Associação de Compossuidores do Edifício São João, com CNPJ: 34.140.809/0001-30, Banco 001; AG: 0287-9; C/C: 47353-7

## 1. AUTORIZAÇÃO

Esta Prefeitura recebeu da Associação de Compossuidores do Edifício São João (CNPJ: 34.140.809/0001-30), Rio de Janeiro, RJ, a solicitação de serviço, através do DIEx nº 6-ACESJ, de 19 de janeiro de 2024, solicitando verificar a possibilidade de autorizar a realização da manutenção da rede elétrica do Edifício São João, no valor de R\$ 1.902,45, sendo realizado pela Seção Técnica a Vistoria Técnica presente no DIEx nº 43, de 08 de março de 2024.

– **DESPACHO:** autorizo a indenização da ACESJ, por se enquadrar no art. 48 das Instruções Gerais para a Administração dos Próprios Nacionais Residenciais do Exército (EB10-IG-04.006), aprovadas pela Portaria – C Ex nº 1.846/2022, para a execução do serviço de manutenção emergencial da rede elétrica do Edifício São João, no limite de **R\$ 1.902,45**.

Em Consequência:

1) O Presidente da Associação de Compossuidores deverá, ainda, observar e cumprir para a execução do serviço, junto a PMZS:

a) executar o serviço, conforme firmado no processo repasse de recursos financeiros a blocos residenciais para custear despesas extraordinárias de responsabilidade desta Prefeitura Militar, zelando pela qualidade técnica e padrões de material e serviços exigidos pela PMZS.

b) a contratação do serviço a ser executado deverá ser precedida por estudo minucioso das cláusulas contratuais e formas de pagamento pelo Presidente da Associação de Compossuidores;

c) antes de efetuar os pagamentos de parcelas e/ou medição do serviço, o Presidente da Associação de Compossuidores deve fazer contato com o fiscal de acompanhamento e execução da PMZS;

d) em casos de necessidade de aditivos, solicitar a visita do fiscal de acompanhamento e execução da PMZS (*apenas os técnicos poderão atestar a necessidade do aditivo*);

e) fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), durante a execução dos trabalhos pelas empresas e/ou autônomos contratados para cada atividade e função;

f) fiscalizar toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda, solicitando apoio do fiscal de acompanhamento e execução da PMZS antes do início dos trabalhos, para que seja realizada a Análise de Risco e tomadas as providências cabíveis;

g) é obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais;

h) o canteiro de obras deverá dispor de local de triagem de resíduos, permitindo o acondicionamento dos resíduos gerados, até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que sejam possíveis, as condições de reutilização e de reciclagem;

i) é proibido queimar, enterrar, ou dispor resíduos de obras em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de “bota fora”, em encostas, corpos d’água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei;

j) o canteiro deverá ser mantido limpo e organizado pela empresa contratada, cabendo ao Presidente da Associação de Compossuidores cobrar da empresa contratada a manter o canteiro de obras organizado, limpo e desimpedido, notadamente nas vias de circulação, passagens e escadarias;

k) atentar para as orientações emanadas pelo fiscal de acompanhamento e execução do serviço, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;

2) A Seção Técnica nomeie o fiscal de acompanhamento e execução, cabendo-lhe:

a) prestar apoio técnico ao Presidente da Associação de Compossuidores para que seja alcançado o objeto do presente processo de parceria, em toda sua extensão;

b) orientar, acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, conforme o cronograma de execução; e

c) auxiliar o Presidente da Associação de Compossuidores na confecção do relatório formal e detalhado da comprovação dos serviços, contendo memória de cálculo dos quantitativos, fotos antes e depois, planilha de medição, custos unitários e totais dos materiais e mão de obra.

3) A PMZS não responderá por quaisquer encargos, dívidas ou questões, de ordem administrativa ou judicial, que forem assumidos ou se fizerem em consequência de atos praticados pelas entidades condominiais ou administradoras.

4) A SALC realize o empenho para a Associação de Compossuidores do Edifício São João, com CNPJ: 34.140.809/0001-30, Banco 001; AG: 0287-9; C/C: 47353-7

## 1. AUTORIZAÇÃO

Esta Prefeitura recebeu da Associação de Compossuidores do Edifício São João (CNPJ: 34.140.809/0001-30), Rio de Janeiro, RJ, a solicitação de serviço, através do DIEx nº 19-ACESJ, de 26 de fevereiro de 2024, solicitando verificar a possibilidade de autorizar a realização da reforma da portaria do Bloco B no valor de R\$ 54.100,00, sendo realizado pela Seção Técnica a Vistoria Técnica presente no DIEx nº 62, de 26 de março de 2024.

– **DESPACHO:** autorizo a indenização da ACESJ, por se enquadrar no art. 48 das Instruções Gerais para a Administração dos Próprios Nacionais Residenciais do Exército (EB10-IG-04.006), aprovadas pela Portaria – C Ex nº 1.846/2022, para a execução da reforma da portaria do Bloco B, no limite de **R\$ 54.100,00**.

Em Consequência:

1) O Presidente da Associação de Compossuidores deverá, ainda, observar e cumprir para a execução do serviço, junto a PMZS:

a) executar o serviço, conforme firmado no processo repasse de recursos financeiros a blocos residenciais para custear despesas extraordinárias de responsabilidade desta Prefeitura Militar, zelando pela qualidade técnica e padrões de material e serviços exigidos pela PMZS.

b) a contratação do serviço a ser executado deverá ser precedida por estudo minucioso das cláusulas contratuais e formas de pagamento pelo Presidente da Associação de Compossuidores;

c) antes de efetuar os pagamentos de parcelas e/ou medição do serviço, o Presidente da Associação de Compossuidores deve fazer contato com o fiscal de acompanhamento e execução da PMZS;

d) em casos de necessidade de aditivos, solicitar a visita do fiscal de acompanhamento e execução da PMZS (*apenas os técnicos poderão atestar a necessidade do aditivo*);

e) fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), durante a execução dos trabalhos pelas empresas e/ou autônomos contratados para cada atividade e função;

f) fiscalizar toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda, solicitando apoio do fiscal de acompanhamento e execução da PMZS antes do início dos trabalhos, para que seja realizada a Análise de Risco e tomadas as providências cabíveis;

g) é obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais;

h) o canteiro de obras deverá dispor de local de triagem de resíduos, permitindo o acondicionamento dos resíduos gerados, até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que sejam possíveis, as condições de reutilização e de reciclagem;

i) é proibido queimar, enterrar, ou dispor resíduos de obras em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de “bota fora”, em encostas, corpos d’água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei;

j) o canteiro deverá ser mantido limpo e organizado pela empresa contratada, cabendo ao Presidente da Associação de Compossuidores cobrar da empresa contratada a manter o canteiro de obras organizado, limpo e desimpedido, notadamente nas vias de circulação, passagens e escadarias;

k) atentar para as orientações emanadas pelo fiscal de acompanhamento e execução do serviço, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;



2) A Seção Técnica nomeie o fiscal de acompanhamento e execução, cabendo-lhe:

a) prestar apoio técnico ao Presidente da Associação de Compossuidores para que seja alcançado o objeto do presente processo de parceria, em toda sua extensão;

b) orientar, acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, conforme o cronograma de execução; e

c) auxiliar o Presidente da Associação de Compossuidores na confecção do relatório formal e detalhado da comprovação dos serviços, contendo memória de cálculo dos quantitativos, fotos antes e depois, planilha de medição, custos unitários e totais dos materiais e mão de obra.

3) A PMZS não responderá por quaisquer encargos, dívidas ou questões, de ordem administrativa ou judicial, que forem assumidos ou se fizerem em consequência de atos praticados pelas entidades condominiais ou administradoras.

4) A SALC realize o empenho para a Associação de Compossuidores do Edifício São João, com CNPJ: 34.140.809/0001-30, Banco 001; AG: 0287-9; C/C: 47353-7

#### **b. CADASTRAMENTO DE DEPENDENTE**

Autorizo o cadastramento da dependente no SiCaPEx e no CADBEM/FUSEx, conforme tipificação da dependente abaixo:

1) Tipificação da Dependente:

**1º Ten DIEGO MARCONDES DE CARVALHO MELO**

**a) SABRINA SANTOS RODRIGUES (ESPOSA)**

- Dependência pelo Estatuto dos Militares e SAMMED: SIM
- Beneficiário para fins de SSEx (FUSEx): SIM
- Beneficiário para fins de Pensão Militar: SIM
- Beneficiário para fins de Imposto de Renda: NÃO
- Beneficiário para fins de Salário Família: NÃO
- Beneficiário para fins de Assistência Pré-Escolar: NÃO

**b) PEDRO MARCONDES RODRIGUES MELO (FILHO)**

- Dependência pelo Estatuto dos Militares e SAMMED: SIM
- Beneficiário para fins de SSEx (FUSEx): SIM
- Beneficiário para fins de Pensão Militar: SIM
- Beneficiário para fins de Imposto de Renda: NÃO
- Beneficiário para fins de Salário Família: NÃO
- Beneficiário para fins de Assistência Pré-Escolar: NÃO

**c) DAVI MARCONDES RODRIGUES DE MELO (FILHO)**

- Dependência pelo Estatuto dos Militares e SAMMED: SIM
- Beneficiário para fins de SSEx (FUSEx): SIM
- Beneficiário para fins de Pensão Militar: SIM
- Beneficiário para fins de Imposto de Renda: NÃO
- Beneficiário para fins de Salário Família: NÃO
- Beneficiário para fins de Assistência Pré-Escolar: NÃO

**d) LUCAS MARCONDES RODRIGUES DE MELO (FILHO)**

- Dependência pelo Estatuto dos Militares e SAMMED: SIM
- Beneficiário para fins de SSEX (FUSEx): SIM
- Beneficiário para fins de Pensão Militar: SIM
- Beneficiário para fins de Imposto de Renda: NÃO
- Beneficiário para fins de Salário Família: NÃO
- Beneficiário para fins de Assistência Pré-Escolar: NÃO

3º Sgt **RAYLLA DOS SANTOS MEIRA ROCHA**

a) **ANDRÉ ROCHA DA SILVA (ESPOSO)**

- Dependência pelo Estatuto dos Militares e SAMMED: SIM
- Beneficiário para fins de SSEX (FUSEx): SIM
- Beneficiário para fins de Pensão Militar: SIM
- Beneficiário para fins de Imposto de Renda: SIM
- Beneficiário para fins de Salário Família: SIM
- Beneficiário para fins de Assistência Pré-Escolar: SIM

b) **HEITOR MEIRA DA SILVA (FILHO)**

- Dependência pelo Estatuto dos Militares e SAMMED: SIM
- Beneficiário para fins de SSEX (FUSEx): SIM
- Beneficiário para fins de Pensão Militar: SIM
- Beneficiário para fins de Imposto de Renda: SIM
- Beneficiário para fins de Salário Família: SIM
- Beneficiário para fins de Assistência Pré-Escolar: SIM

Em consequência: o Chefe do Setor de Pagamento de Pessoal, o operador do SiCaPEx e os demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

**(Nota nº 8588, de 27 de março de 2024, da(o) Sec Pag)**

## **2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

a. **BOLETIM DO EXÉRCITO - Publicação**

Portaria – DECEEx/C Ex Nº 549, deE 20 de março de 2024 - Transcrição

Altera dispositivos das Instruções Reguladoras para a Organização, o Funcionamento e a Matrícula para o Curso de Preparação aos Cursos de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (EB60-IR-11.004), 5ª Edição, 2022, aprovadas pela Portaria – DECEEx/C Ex nº 395, de 21 de novembro de 2022.

Portaria– DECEEx/C Ex Nº 550, DE 20 de março de 2024 - Transcrição

Aprova as Instruções Reguladoras para a Organização, o Funcionamento e a Matrícula do Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais (EB60-IR-20.002), 3ª Edição, 2024.

Em consequência:

- a) o Chefe da 1ª Seção e os demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.  
b) os assuntos encontram-se publicados, no BE Nr 13/2024, de 28 de março de 2024.

(Nota nº 8562, de 22 de março de 2024, da 1º Sec)

b. SiCaPEX - Atualização de dados individuais

Sejam atualizados os dados individuais e complementares de todos os militares desta Prefeitura Militar

Em consequência, os demais interessados tomem as devidas providência.

c. PAGAMENTO ASSOCIAÇÃO DE COMPOSSUIDORES

Cálculo para fins de repasse financeiro no mês de abril/24, referente ao mês de março/24.

**1) Associação de Compossuidores do Edifício São João - CNPJ: 34.140.809/0001-30; BANCO - 001; AG: 0287-9; C/C - 47353-7**

Total de PNR desocupados no mês de março de 2024					
Situação				DIA (s)	Total
Nr Ordem	PNR	Ocupação	Desocupação		
1	1002 A		30/12/2021	31	R\$ 1.117,21
2	102 B	20/03/2024	25/10/2022	19	R\$ 1.117,21
3	1101 A		13/12/2022	31	R\$ 1.117,21
4	401 A		22/02/2024	31	R\$ 1.117,21
5	902 A		14/02/2021	31	R\$ 1.117,21
6	1102 B		03/05/2023	31	R\$ 1.117,21
7	1201 C		08/12/2023	31	R\$ 1.690,76
8	302 C	12/03/2024	11/03/2023	1	R\$ 36,04
9	102 D		10/03/2024	21	R\$ 756,82
Total:					R\$ 8.754,41

**2) Associação de Compossuidores do Residencial Lins de Vasconcelos - CNPJ: 28.830.190/0001-93; BANCO - 104; AG: 2264; C/C - 2402-0;**

Total de PNR desocupados no mês de março de 2024					
Situação				DIA (s)	Total
Nr Ordem	PNR	Ocupação	Desocupação		
1	303-1		10/12/2023	31	R\$ 1.209,82
2	302-2	07/03/2024		6	R\$ 234,16
3	403-1	21/03/2024		20	R\$ 780,53
4	603-2		09/01/2024	31	R\$ 1.209,82
5	102-1		26/02/2024	31	R\$ 1.209,82
6	202-1		21/02/2024	31	R\$ 1.209,82
7	203-1		28/02/2024	31	R\$ 1.209,82

8	304-1		26/02/2024	31	R\$ 1.209,82
9	601-1		19/02/2024	31	R\$ 1.209,82
Total:					R\$ 9.483,43

**3) Associação de Compossuidores do Edifício Marechal Castelo Branco - CNPJ: 34.989.255/001-40; BANCO - 001; AG: 0597-5; C/C - 39.840-3;**

**Total de PNR desocupados no mês de março de 2024**

Situação			DIA (s)	Total
Nr Ordem	PNR	Desocupação		
1	1002	30/11/2021	31	R\$ 1.562,00
2	901	12/12/2023	31	R\$ 1.562,00
3	1301	11/01/2024	31	R\$ 1.562,00
Total:				R\$ 4.686,00

**4) Associação de Compossuidores do Edifício Praia do Leme - CNPJ: 35.396.353/0001-37; BANCO - 001; AG: 1211; C/C -53708-X**

**Total de PNR desocupados no mês de março de 2024**

Situação			DIA (s)	Total
Nr Ordem	PNR	Desocupação		
1	401	23/01/2024	31	R\$ 1.230,00
2	506	28/01/2024	31	R\$ 1.230,00
3	503	14/03/2024	17	R\$ 1.230,00
Total:				R\$ 3.690,00

Em consequência:

- a) a SALC realize o empenho em favor das associações de compossuidores;
- b) a Encarregada do Setor Financeiro e os demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

**(Nota nº 8580, de 26 de fevereiro de 2024, da(o) Sec PNR)**

**d. DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE MILITAR - Apresentação**

Deu entrada no Setor de Pagamento Pessoal desta Prefeitura Militar, as declarações de beneficiários de militar, o seguinte militar:

1º Ten DIEGO MARCONDES DE CARVALHO MELO

2º Ten MARLON LUIS DA CONCEIÇÃO PEREIRA DE PAULA

3º Sgt RODRIGO PINHEIRO VAZ

3º Sgt MICHELLE MARQUES DA SILVA SANTANA

3º Sgt RAYLLA DOS SANTOS MEIRA ROCHA

Em consequência: o Chefe do Setor de Pagamento de Pessoal, providencie o arquivamento da

documentação apresentada na Pasta de Habilitação à Pensão Militar (PHPM) do militar, de acordo com o prescrito no inciso I, do artigo 59 da Portaria nº 239-DGP, de 21 OUT 13 e os demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

**(Nota nº 8587, de 27 de março de 2024, da 1ª Sec)**

**4ª Parte**  
**JUSTIÇA E DISCIPLINA**

**1. JUSTIÇA**

Sem Alteração

**2. DISCIPLINA**

Sem Alteração

**ANDRÉ LUIZ VIEIRA CASSIANO - Cel**  
Prefeito Militar da Zona Sul